

# APRESENTAÇÃO

O número 8 do **Cadernos PPG-AU** se compõe de uma seleção de textos produzidos a partir de dissertações de mestrado e teses doutorais defendidas, bem como pesquisas em andamento no PPG-AU/FAUFBA. Nesta direção, ao contrário do que acontece nos volumes especiais – que sempre reúnem trabalhos que tratam de uma temática específica –, os **Cadernos** regulares se prestam a exibir a imensa variedade de campos do saber que estrutura o programa, através da reunião de ensaios que não se agrupam por meio de um encadeamento lógico, mas se justapõem apresentando contribuições inéditas e díspares vinculadas ao vasto universo da arquitetura e do urbanismo.

**André Araújo**, em *Patrimônio cultural e poder local: trajetória da norma preservacionista municipal nos Terreiros de Candomblé de Salvador*, analisa a norma preservacionista municipal nos terreiros de Salvador (através da construção de uma cronologia dos instrumentos de proteção entre os anos 1981-2010) e as práticas preservacionistas e seus desdobramentos legais (através dos dilemas técnicos de proteção e salvaguardas dos terreiros e das políticas públicas municipais desenvolvidas). De acordo com o autor, essa norma preservacionista reflete a direta relação dos elementos culturais de matriz africana na composição identitária do município, fato este atestado no pioneirismo de Salvador na proteção cultural aos terreiros de candomblé, no Brasil.

**Heliana Faria Mettig Rocha**, em *Transformações e permanências no Bairro do Comércio em Salvador: uma visão tridimensional*, escreve sobre uma ferramenta tecnológica de visualização digital urbana, mostrando o desenvolvimento de um protótipo de Sistema de Informações Geográficas e Históricas para o Bairro do Comércio em Salvador por meio de uma metodologia de interpretação da iconografia antiga. Esta iconografia alimentou o banco de dados do sistema, gerando visualizações digitais tridimensionais e mapas temáticos que auxiliaram a compreensão da evolução física do bairro analisado – caracterizado pelo avanço para o mar através de aterros, desde a fundação da cidade no século XVI até o século XX.

**Rodrigo Baeta**, em *Urbanística barroca na Paris dos séculos XVII e XVIII*, almeja discorrer sobre uma temática bastante controversa: a existência da “cidade barroca” e sua expressão na conformação urbana da Paris do *Ancien Régime*. O autor demonstra que os planos mais significativos de intervenção urbanística no período barroco estariam vinculados a ações dos governos absolutistas, pensadas em nome da transformação cenográfica de setores da cidade preexistente, principalmente a remodelação de pequenas áreas centrais, bem como de ambientes limítrofes do núcleo urbano. Seriam ações que perseguiriam o objetivo de constituir um espetáculo adequado à celebração

da onipresença e do poder sobrenatural do monarca, escopo vinculado ao esplendor que glorificaria o governante. Contudo, na Paris de Luis XIII, XIV e XV, o exercício da urbanística, mesmo gerando acontecimentos, como as *places royales*, não conseguiria alcançar uma alteração global de sua paisagem urbana. Isto se daria pelo fato das intervenções – ao não perseguirem uma relação mais direta entre a arquitetura, o monumento e sua interação com o tecido preexistente – não chegarem a extrapolar os mecanismos da planificação e desenho urbano.

**Any Brito Leal Ivo**, em *O Novo Estado e a Copa 2014 no Brasil: o “Estado-excessivo” nas intervenções urbanas das cidades-sede do Mundial de futebol de 2014*, escreve sobre o movimento de reconcentração do Estado nacional associado à dinâmica do mercado globalizado. Para a autora este movimento reordena os arranjos locais, nacionais e globais de tal modo que os dispositivos constitucionais de democratização perdem seu poder de regulação do espaço das cidades. Tal argumento é baseado na semelhança entre a formação do Estado Novo nacional, na Era Vargas, e o protagonismo de um atual “Novo Estado (nacional)” brasileiro que se constitui enquanto projeto nacional na medida em que reafirma a imagem do Brasil como uma nação, moderna e competitiva, na ordem global. Esta produção de imagem nação está sendo construída com o planejamento estratégico das cidades-empendedoras, sob hegemonia de grandes corporações internacionais, e tal fato vem afetando a regulação do espaço urbano e comprometendo o exercício da democracia e autonomia das cidades. Any Ivo complementa o argumento demonstrando que a urgência no cumprimento da agenda das intervenções associadas à Copa 2014 está comprometendo a autonomia da cidade e os direitos dos moradores, no curto, médio e longo prazo na medida em que estes estão sendo subordinados à desregulação transitória dos dispositivos legais.

**Daniel J. Mellado Paz**, em *A arte como culto: o conceito de mana na apreciação da obra de arte*, busca explicar a relação contemporânea entre o homem e a obra de arte – partindo do clássico conceito de “aura” de Walter Benjamin e contrapondo-o ao de “mana”, empregado na Sociologia das Religiões. O texto passa por inúmeros campos temáticos, enfrentando autores desiguais e distantes tanto no tempo como em seus universos de interesse, como James Garner, Lévi-Strauss, Cesare Brandi, Aloïs Riegl, Joseph Rikwerk, Rudolf Arnheim, John Ruskin, além do próprio Benjamin. A disparidade de teorias e conceitos que aparece no ensaio se justifica em prol da revisão crítica da ideia de mana: evento recorrente em várias sociedades que permite reinterpretar, em um conjunto coerente, vários fenômenos do mundo contemporâneo das artes, tais como a autenticidade dos objetos em produção serial, a difusão das obras e a procura global pelo contato com o original – ou seja, de um modo geral, a afeição pelos objetos. O trabalho persegue a compreensão do apreço que o homem nutre pelas coisas – especialmente as obras de arte e seus dilemas concomitantes.

**Monique Sanches Marques**, em *Por um urbanismo de guerrilha*, aponta que, em geral, a matriz projetual e construtiva operada por arquitetos e urbanistas contemporâneos é de origem moderna. Seu texto questiona como os profissionais da área podem se contentar em repetir, sem singularizar, as “mesmas” ferramentas e modos de pensar deixados pela modernidade. Entende-se que essa produção projetual e construtiva responde às demandas dos macropoderes e legisla a favor de saberes tutelados constituindo a subjetividade hegemônica destes profissionais. A autora busca apontar a necessidade dos arquitetos urbanistas estarem atentos a outros fluxos de subjetividades emergentes, singularidades micropolíticas e microfísicas, além de diferentes possibilidades de construir seus saberes e modos de ações.

**Najla Jorge Lucrecia de Sales Ribeiro**, em *O “ecletismo” dos gradis modernos de Salvador-BA*, promove um trabalho de análise e pesquisa acerca dos gradis confeccionados e assentados na cidade de Salvador nos últimos 50 anos. O artigo discorre, inicialmente, sobre a história do ferro como material da construção civil, principalmente na sua utilização após a Revolução Industrial – com especial atenção para o cenário brasileiro dos séculos XIX e XX. Também discute as mais comuns técnicas de manufatura dos gradis para apoiar a análise da presença destes elementos na paisagem sotero-politana e promover a apreciação de sua grande diversidade formal. A variedade de técnicas e soluções plásticas que envolvem a presença dos gradis que encerram espaços públicos e privados levaria a autoria a utilizar o termo “ecletismo” para caracterizar o conjunto daqueles levantados em Salvador a partir da segunda metade do século XX.

Ana Carolina Bierrenbach

Rodrigo Espinha Baeta

Thais de Bhanthumchinda Portela